



Universidade Federal do Rio Grande



Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde

Associação Ampla FURG / UFRGS / UFSM

**Ações do PNPG-2005-2010 para a redução de
Assimetrias Regionais: Avaliação dos instrumentos
criados pela CAPES**

Maria de Amorim Coury

Prof^ª. Dr^ª. Gionara Tauchen

Rio Grande
2014

Maria de Amorim Coury

**Ações do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010 para
a redução de Assimetrias Regionais:**

Avaliação dos instrumentos criados pela CAPES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gionara Tauchen

**Rio Grande
2014**

C866a

Coury, Maria de Amorim.

Ações do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010 para a redução de assimetrias regionais: avaliação dos instrumentos criados pela CAPES / Maria de Amorim Coury. – 2014.
50 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências: Química da Vida e Saúde.

Orientadora: Dr^a. Gionara Tauchen.

1. Pós-graduação. 2. Plano Nacional de Pós-Graduação.
3. Assimetrias. I. Tauchen, Gionara. II. Título.

CDU 37:5

Catálogo na fonte: Bibliotecária Flávia Reis de Oliveira CRB10/1946

Maria de Amorim Coury

**Ações do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010 para
a redução de Assimetrias Regionais:**

Avaliação dos instrumentos criados pela CAPES.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gionara Tauchen

Aprovada em: ____/____/2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Gionara Tauchen – FURG (presidenta)

Prof.^a Dr.^a Paula Regina Costa Ribeiro – FURG (membro interno)

Prof. Dr. Altair Alberto Fávero – UPF (membro externo)

Dedico este trabalho à memória dos meus pais, José Batista Coury e Alda Amorim Coury que sempre acreditaram na minha coragem, na minha força e na minha determinação de vencer. Onde quer que estejam, sei que estão compartilhando da minha satisfação de ter vencido este desafio, pois sinto no meu peito o calor do abraço, a ternura do beijo e a certeza da bênção.

AGRADECIMENTOS:

Ao Deus dos meus pais que “desde o seio materno me chamou, desde o ventre da minha mãe pronunciou o meu nome” (Isaías 49,1), pelo dom da vida, pelos pais que escolheu para mim e pela família que me deu;

Aos meus irmãos, Zezé, Rubinho e Hélio e minhas irmãs Marialda e Marilda, pelo carinho, dedicação, aconchego e presença. Vocês são a minha segurança e a certeza do apoio em todos os momentos;

Às minhas filhas Eliane e Denise, razão de toda a minha luta, responsáveis por todas as minhas vitórias. Nunca percam a coragem e a determinação de lutar pelos seus sonhos. Faço minhas as palavras da escritora Clarice Lispector: “Rendam-se como eu me rendi! Mergulhem no que vocês não conhecem como eu mergulhei. Não se preocupem em “entender”. Viver ultrapassa todo o entendimento”;

Às minhas netas, Jordana, Natália e Marcela, minhas “filhas com açúcar”, como disse Rachel de Queiroz. A respeito de netos, o escritor Affonso Romano de Sant’Anna escreveu: “Aprendemos a ser filhos depois que somos pais. Só aprendemos a ser pais depois que somos avós. Os netos são a última oportunidade de reeditar o nosso afeto”;

Aos meus genros Carlos e Pedro, filhos que eu não tive, dedicados e muito amados;

Aos meus cunhados, Natinho e Sebastião e minhas cunhadas Ana Maria, Elahyne e Roane pelo carinho e apoio;

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, com todo o meu amor de tia;

Aos meus familiares, tios/tias e primos/primas, de modo muito especial às tias Alza (que chamo de mãe Alza), Alfa, Dalva, Dalca e Dulce, mães de coração. Para elas ainda sou aquela menina de tranças que gostava de cantar e de se vestir de anjo para coroar Nossa Senhora no mês de maio. “Quando eu crescer, quero ser igual a elas”;

Ao Prof. Jorge Almeida Guimarães, Presidente da CAPES, que me proporcionou a oportunidade de participar do Programa e me incentivou a prosseguir;

Ao Professor Emídio Cantídio de Oliveira Filho, o primeiro a me apoiar e acreditar na minha capacidade;

À minha orientadora Profa. Dra. Gionara Tauchen pelo carinho, dedicação e paciência;

Aos membros da Banca Examinadora, Profa. Dra. Paula Regina Costa Ribeiro (FURG) e Prof. Dr. Altair Alberto Fávero (UPF) pelas palavras elogiosas que me convenceram a prosseguir;

Aos docentes do Programa, Profs. Diogo Onofre (UFRGS), Ivan Rocha Neto (PUC/DF), João Alberto da Silva (FURG), Márcia Santiago de Araújo (FURG), Maria Rosa

Chitolina Schetinger (UFSM), Mauren Porciúncula Moreira da Silva(FURG), por despertarem em mim a alegria de conhecer o novo e atualizar meus conhecimentos;

À amiga Denise de Menezes Neddermeyer que me deu a oportunidade de conhecer a CAPES e compartilhar minhas experiências;

Aos amigos e amigas da CAPES, do 13º andar ao 5º subsolo, pela atenção e carinho. Aquele “Bom dia Professora” de todos os dias me garantiram sempre um “bom dia” de trabalho;

Às minhas amigas e amigos do 13º andar, pelo carinho e atenção. Nunca me senti tão “professora”, ensinando um pouco e aprendendo muito;

Aos amigos Diego Borges de Carvalho e Andréa Monteiro Alencar que me auxiliaram na formatação desta Dissertação, mostrando solidariedade e compartilhando suas experiências nos momentos em que meus conhecimentos se mostravam insuficientes.

RESUMO

A pós-graduação, no Brasil, é considerada uma das realizações mais bem sucedidas no conjunto do sistema educacional do país. Seu desenvolvimento ocorreu como produto de um planejamento deliberado, conduzido e apoiado pelo Estado. Neste cenário, a Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é responsável pela avaliação e por significativa parcela do fomento, bolsa e custeio da pós-graduação nacional, que tem a tarefa de formar profissionais aptos a atuarem nos diferentes setores da sociedade, contribuindo para o processo de modernização do país. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG's), elaborados a partir de 1975, contribuíram para a organização do Sistema Nacional de Pós-graduação e com a indução das políticas prioritárias neste âmbito. Por isso, o presente estudo, objetiva avaliar os instrumentos criados pela CAPES, voltados para a redução das assimetrias regionais detectadas em todos os Planos, a partir das orientações do PNPG-2005-2010; analisar se as estimativas previstas no PNPG-2005-2010, para a redução dessas assimetrias regionais foram concretizadas e se os resultados demonstram o êxito dos programas de indução criados pela CAPES, no tocante aos aspectos dos investimentos, atendimento de demandas e a ampliação do número de bolsas no período. A pesquisa, de cunho exploratório-descritivo, foi desenvolvida por meio de pesquisa documental. Os resultados da pesquisa indicam que os impactos dos programas desenvolvidos pela CAPES não foram suficientes para alterar substancialmente os indicadores que revelam um problema básico de escassez de recursos humanos para a pesquisa científica e tecnológica nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Palavras-chave: Pós-Graduação. Plano Nacional de Pós-Graduação. Assimétrias.

ABSTRACT

Postgraduate Education in Brazil is considered one of the most successful achievements in the whole education system of the country. Its development occurred as a product of a deliberate planning, conducted and supported by the State. In this scenario, the Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) is responsible for the evaluation and for a significant portion of the national postgraduate fostering, scholarship and funding, which has the task of training professionals able to act in different sectors of the society, contributing to the process of the country's modernization. The National Postgraduate Plans (PNPG's), developed since 1975, contributed to the organization of the National Postgraduate System as well as for the induction of priority policies in this regard. Therefore, the present study's purpose is to evaluate the instruments created by CAPES, focused on reducing the regional asymmetries found in all the plans, based on PNPG'S 2005-2010 guidelines; check whether the forecast provided by the PNPG 2005-2010 to reduce the regional disparities have been implemented and if the results demonstrate the success of the plans created by CAPES, with regard to investments, meeting demands and increasing the number of the scholarships granted during the period. The research, exploratory-descriptive research was developed through desk research. The outcome indicated that the results were not enough to substantially change indicators, that reveal a basic problem of human resources shortage for the scientific and technological research, in the north, northeast and midwest regions.

Keywords: Pos graduation. Pos graduation National Plan. Asymmetry

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição dos cursos de Pós-Graduação por Região	28
Figura 2: Evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação: Número de cursos – 1976 a 2004	29
Figura 3: Dados do Mestrado por Região: 1996-2004.....	29
Figura 4: Dados do Doutorado por Região: 1996-2004.....	30
Figura 5: Crescimento do número de cursos de Pós-Graduação.....	31
Figura 6: Crescimento do número de Programas de Mestrado: 1996 e 2009	32
Figura 7: Distribuição de Programas de Mestrado por Região 1996 e 2009	32
Figura 8: Distribuição, por Região geográfica, de recursos financeiros PROCAD/NF 2007	37
Figura 9: Distribuição, por Região geográfica, de bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado: PROCAD/NF 2007	36
Figura 10: Distribuição por Região geográfica da IES receptora: DINTER	39
Figura 11: Programas avaliados por região: avaliação 2010 e 2013.....	40
Figura 12: Cursos avaliados por Região 2013.....	40
Figura 13: Titulação de Mestres e Doutores.....	41

LISTA DE SIGLAS

ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CGEE	Centro de Gestão de Estudos Estratégicos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DINTER/NF	Programa de Doutorado Interinstitucional – Novas Fronteiras
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FOPROP	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação
GEOCAPES	Ferramenta de Dados Georreferencial da CAPES
IES	Instituição de Ensino Superior
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
PROCAD/NF	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Novas Fronteiras
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PICD	Programa Institucional de Capacitação Docente
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSEC	Plano Nacional de Educação e Cultura
PBDCT	Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PNE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
UnB	Universidade de Brasília

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	16
1.1 A CAPES e a Pós-Graduação no Brasil	16
1.2 O Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG	19
1.3 Os Planos Nacionais de Pós-Graduação	20
1.4 A importância dos Planos Anteriores	26
CAPÍTULO 2	28
2.1 A formação de Mestres e Doutores	28
CAPÍTULO 3	34
3.1 Ações criadas pela CAPES, por orientações de PNPG 2005-2010	34
3.2 Programa Nacional de Pós-Graduação – Novas Fronteiras (PROCAD/NF)	35
3.3 Programa de Doutorado Interinstitucional – Novas Fronteiras (DINTER/NF)	38
3.4 A Avaliação Trienal – 2013	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

A pós-graduação, em função dos resultados já alcançados, constitui-se numa das realizações mais bem sucedidas no conjunto do sistema de ensino existente no país. O seu desenvolvimento não derivou de um processo espontâneo ao aumento da pesquisa científica e do aperfeiçoamento da formação de quadros, mas foi produto de um planejamento deliberado concebido, conduzido e apoiado pelo Estado.

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação contribuíram para a institucionalização da pós-graduação e para a ampliação significativa da comunidade científica nacional, bem como para um expressivo crescimento da produção intelectual nacional.

Um dos maiores desafios enfrentados pelo governo em todas as esferas, inclusive na pós-graduação, é a criação e implementação de ações com vistas à redução das desigualdades regionais, na busca da diminuição dos desequilíbrios que não permitem que o desenvolvimento ocorra com igualdade de oportunidades de todos aos bens públicos como educação e saúde de qualidade. Preservar o equilíbrio federativo garantindo a qualidade de vida da população brasileira é um compromisso e um dever dos governantes.

Mudar o mapa da pós-graduação, superando as assimetrias regionais detectadas em todos os estados, superar a defasagem existente entre a situação social, educacional e econômica das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e a prevalente nas Sudeste e Sul, tem sido o foco de Planos e programas estratégicos de desenvolvimento nacional.

No entanto, o conceito de assimetria é muito amplo e deve ser considerado em toda a sua complexidade e diversidade de situações e contextos. Assim pode-se falar em assimetrias entre regiões, dentro de uma mesma região, entre instituições na própria região ou estado e entre áreas do conhecimento.

A desigualdade na distribuição dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) influi diretamente na produção técnico-científica brasileira e deve ser enfatizada em todas as abordagens, mostrando a necessidade da Amazônia receber maior atenção, sobretudo no oferecimento de cursos de pós-

graduação pelas suas instituições de ensino e pesquisa e na fixação de recursos humanos na região.

Várias ações foram implementadas nos últimos anos pelos organismos competentes no contexto das políticas de fomento à Pós-graduação e à Ciência, Tecnologia e Inovação- C,T&I e tiveram êxito relativo na redução de assimetrias, mas é evidente que estas ações devem ser ampliadas e aprofundadas.

Embora tenha havido avanços significativos nos últimos anos, essas assimetrias permanecem, pois resultam de políticas de desenvolvimento econômico e social que, em si, geram desigualdades.

Estes desequilíbrios históricos refletem o resultado das desigualdades sociais, medidas pela renda *per capita*, pelo Índice de Desenvolvimento Humanos-IDH e pela baixa escolaridade. São heranças da concentração litorânea e industrial, pela baixa escolaridade e pela concentração das estruturas de ciência, tecnologia e indução nas regiões mais desenvolvidas, especialmente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo.

No que tange à esfera de competência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, fundação pública vinculada ao Ministério da Educação, a superação dos desequilíbrios regionais se faz presente no gerenciamento de todas as suas linhas de ação. Mesmo assim, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste necessitam de programas focados especificamente em suas realidades, concebidos e estruturados de forma que suas ações possam ajudar a superar dois dos principais problemas de formação e fixação de recursos humanos de alto nível: as altas taxas de evasão dos profissionais que se deslocam para se qualificar em centros mais avançados do país e a dificuldade dos profissionais, nelas fixados, de se manterem produtivos devido a deficiências de massa crítica e de infraestrutura de pesquisa.

De acordo com indicadores revelados pelos vários sistemas de educação, ciência e tecnologia e inovação, é evidente o problema da concentração do conhecimento em regiões mais desenvolvidas. Este diagnóstico se confirma quando revela a localização dos cursos de Mestrado e Doutorado oferecidos pela CAPES por região até 2004. Embora tenha havido um esforço visando à desconcentração em favor das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estes cursos ainda se concentram mais no Sudeste e Sul. O Nordeste teve um crescimento acentuado no

mesmo período, mas o Centro-Oeste e o Norte tiveram pouco crescimento, indicando a necessidade de esforços adicionais focados no desenvolvimento da CT & I nessas duas regiões.

Esta situação aponta para a necessidade da formulação de estratégias específicas visando à criação de novos paradigmas para a evolução do sistema, atendendo às prioridades nacionais.

A redução das desigualdades regionais e intra-regionais, no que diz respeito à capacitação dos docentes do ensino superior, formação e consolidação de grupos de pesquisa, expansão e fortalecimento da pós-graduação, bem como a indução da formação de pessoal de alto nível necessário para o desenvolvimento do país, exige das agências de fomento, estratégias e mecanismos especiais voltados para essa finalidade.

A partir dessas considerações, o objetivo desta pesquisa é avaliar os instrumentos criados pela CAPES, voltados para a redução das assimetrias regionais a partir das orientações do PNPG-2005-2010, analisar se as estimativas previstas no PNPG-2005-2010 voltadas para a redução dessas assimetrias regionais foram concretizadas e se os resultados demonstram o êxito dos programas de indução criados pela CAPES, no tocante aos aspectos dos investimentos, atendimento de demandas e a ampliação do número de bolsas no período.

Considerando os objetivos da pesquisa, o estudo caracteriza-se como pesquisa documental, de cunho exploratório-descritivo (TRIVIÑOS, 1987). A investigação exploratória é muito apropriada para estudos onde há poucas referências sistematizadas e o aspecto descritivo possibilita estabelecer correlações e comparações. A pesquisa exploratório-descritiva está concentrada nos dados coletados nos processos, nos documentos gerados na elaboração do PNPG- 2005-2010, nos arquivos e nos dados disponibilizados pela CAPES, especialmente nas Diretorias de Avaliação e de Programas e Bolsas no País.

A avaliação dos instrumentos criados pela CAPES visando a redução das assimetrias regionais nos programas/cursos de pós-graduação foi realizada por meio da análise comparativa dos cenários constantes do PNPG-2005-2010 dos seguintes programas, dentro da Ação “Novas Fronteiras”: Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD-NF e Programa de Doutorado Interinstitucional – DINTER-NF.

Foram pesquisados dados obtidos nos relatórios de avaliação e de gestão, nos relatórios técnicos de execução, bem como na consulta aos resultados da Avaliação Trienal dos programas e da Base de Dados-GEOCAPES, entre outros. Ou seja, embora os indicadores discutidos tenham sido decorrentes de procedimentos quantitativos, nos utilizamos de fontes que já organizaram tais dados, não necessitando trabalhar com um banco de dados.

Assim, por meio deste processo metodológico e dos objetivos da pesquisa, organizamos esta dissertação em 3 capítulos. No primeiro, apresentamos uma retrospectiva da criação da CAPES, a partir de 1951 até 2007, quando foram definidas a sua estrutura e competências atuais. Também ressaltamos a importância do Parecer nº 977, de 1965, do Conselho Federal de Educação, de autoria do Conselheiro Newton Sucupira, onde foram definidos a natureza e os objetivos dos cursos de pós-graduação. Abordamos, também, o Sistema Nacional de Pós-Graduação-SNPG e os Planos Nacionais de Pós-Graduação, elaborados pela CAPES a partir de 1975, quando ficou patente a constatação de que a expansão da pós-graduação deveria ser objeto de planejamento estatal.

No segundo capítulo demonstramos a evolução do SNPG, bem como as desigualdades já visíveis entre as regiões do país nos anos que precederam a elaboração do PNPG-2005-2010. Os dados foram extraídos do “Relatório da Avaliação Trienal” realizada em 2004, por nível e região geográfica, e também dos Livros “Doutores 2010” e “Mestres 2012”, editados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos-CGEE, referentes ao período de 1996/2008 e 1996/2009 respectivamente, contendo estudos da demografia da base técnico-científica brasileira.

No terceiro capítulo, avaliamos as ações criadas pela CAPES por orientação do PNPG 2005-2010, com vistas à redução das assimetrias regionais. Foram levantados os dados de dois programas da Ação Novas Fronteiras: Programa Nacional de Cooperação Acadêmica-PROCAD-NF (Editais de 2007, 2008 e 2009) e Programa de Doutorado Interinstitucional-DINTER-NF (Editais 2007, 2008 e 2009). Por fim, apresentamos as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO 1

1.1 A CAPES e a Pós-Graduação no Brasil

Na primeira metade do século passado, com o advento das duas grandes guerras mundiais, muitos países aceleraram os investimentos na produção do conhecimento científico e tecnológico, visando alcançar três objetivos principais: defesa, crescimento econômico e prestígio nacional. Neste período, a formação de cientistas e de especialistas brasileiros era realizada em universidades estrangeiras, o que sinalizava a urgência da implantação sistemática dos cursos pós-graduados, sobretudo tendo em vista a expansão da indústria brasileira.

Neste contexto, em julho de 1951, foi editado o Decreto nº 29.741, instituindo uma Comissão para a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, presidida pelo Ministro da Educação e Saúde, com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento econômico e social do país” (Art. 2º). Embora a CAPES tenha nascido como uma campanha voltada para o aperfeiçoamento dos docentes universitários, logo sua atuação seria ampliada para atender às demandas de qualificação de diferentes segmentos da sociedade. Conforme Bianchetti (2009, p. 38),

[...] formalmente, a CAPES foi criada no ano de 1951, no bojo de uma política de governo por meio do qual, juntamente com outros órgãos de avaliação, acompanhamento e financiamento, se buscava, via criação de cursos de pós-graduação, estímulo à organização e ao desenvolvimento de projetos, indução a pesquisa, contribuição para melhorar a posição do país no cenário mundial.

Durante a primeira década, os estudos e pesquisas, patrocinados pela CAPES, possuíam como preocupação comum a discussão das condições socioeconômicas e educacionais do país, sendo a maioria dos estudos realizados no exterior, por meio da concessão de bolsas. Essas, aliadas ao processo de avaliação, que se organizaria na sequência, constituem-se como os principais instrumentos para a formação de pessoal de alto nível e o desenvolvimento da pós-graduação nacional.

Cabe-nos destacar que, somente dez anos depois, por meio da Lei nº 4.024/61 que fixou as diretrizes e bases da educação nacional, a pós-graduação foi inserida como categoria distinta na organização da educação superior sem, contudo, expressar sua natureza e organização.

A definição dos cursos de pós-graduação surgiu a partir do Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação-CFE (hoje Conselho Nacional de Educação-CNE), aprovado em 3 de dezembro de 1965, de autoria do Conselheiro Newton Sucupira, elaborado em função da necessidade de não somente definir, mas também regulamentar a pós-graduação no âmbito das instituições universitárias¹, oferecendo uma complementação que permitiria ao estudante o aprofundamento do saber e a elevação de sua competência científica ou técnico-profissional. Conforme o Parecer, “[...] um programa eficiente de estudos pós-graduados é condição básica para se conferir à nossa universidade caráter verdadeiramente universitário, para que deixe de ser instituição apenas formadora de profissionais e se transforme em centro criador de ciência e de cultura” (p.04).

Os níveis, as finalidades e o conceito de pós-graduação, de inspiração norte-americana, impunham a distinção de pós-graduação “*sensu stricto* e *sensu lato*”. “No segundo sentido, a pós-graduação, conforme o próprio nome está a indicar, designa todo e qualquer curso que se segue à graduação” (p.05), ou seja, cursos de especialização e aperfeiçoamento que têm objetivo técnico-profissional específico, destinados ao treinamento de um ramo profissional ou científico. Podem ser ofertados em instituições não universitárias e não conferem grau acadêmico. Os cursos *sensu stricto*, cujo objetivo é essencialmente científico e confere grau acadêmico, foram organizados em dois níveis de estudos que se hierarquizam: mestrado e doutorado, mesmo que aquele não seja pré-requisito deste. O documento expressa que o doutorado é o mais importante dos graus acadêmicos e que o “mestrado tanto pode ser de pesquisa como profissional” (Idem, p. 5). No entanto, historicamente, a ênfase prevaleceu sobre os cursos acadêmicos até a segunda metade da década de 1990.

Esta regulamentação foi fundamentada nos seguintes pilares: formar professorado competente para atender à demanda quantitativa do ensino superior,

¹ O Parecer sugere que os cursos de mestrado e doutorado constituam a atribuição das universidades, admitindo, em caráter excepcional, a oferta em estabelecimento isolado deva realizar curso sujeita à prévia autorização do Conselho.

garantindo a elevação dos níveis de qualidade; estimular o desenvolvimento da pesquisa científica; e assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

A constatação de que a expansão da pós-graduação deveria ser objeto de planejamento estatal aconteceu quando ela passou a ser considerada no âmbito do sistema universitário e, conseqüentemente, do sistema educacional, integrada às políticas de desenvolvimento social e econômico do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), inserida no Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC) e no II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), para o período de 1975-1980.

A Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, autorizou o Poder Executivo a instituir, como Fundação Pública, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, conferindo novo vigor à Instituição, com a finalidade de: a) subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação; b) coordenar e avaliar os cursos desse nível no país; e c) estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores públicos e privado (Art. 2º).

Em 2007, com a edição da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, foram modificadas e ampliadas as competências e a estrutura da CAPES, tendo sido incluída a atribuição de induzir a formação inicial e continuada de profissionais de Educação Básica e estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino.

A partir de então, a CAPES modificou seus procedimentos para adequar sua estrutura e para traçar novas metas visando o atendimento das demandas do Sistema Nacional de Pós-Graduação e da sociedade.

No tocante às desigualdades regionais a CAPES desenvolve, atualmente, um conjunto articulado e intencional de programas voltados para redução das assimetrias educacionais e sociais entre regiões, entre instituições na própria região, nas mesorregiões ou nos estados e entre áreas de conhecimento, propiciando a inclusão de cidadãos no processo de desenvolvimento do país.

1.2 O Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG

O Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG, criado em 1976, é fruto de um projeto estratégico nacional que teve no Parecer CFE nº 977/65 do Conselheiro Newton Sucupira (Parecer Sucupira), membro do Conselho Federal de Educação e na Lei 5.540/68 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB) o seu projeto arquitetônico, e nos Planos Nacionais de Pós-Graduação – PNPGs as suas fundações.

Assim, a partir de 1976, com a criação do SNPG, a CAPES passou a contar com um instrumento capaz de medir a qualidade dos cursos de pós-graduação e, com base nos resultados, orientar as ações das agências federais voltadas para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e, de forma especial, a concessão de bolsas de mestrado e doutorado.

O SNPG tem desempenhado papel de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil, cumprindo os seguintes objetivos: formação pós-graduada de docentes para todos os níveis de ensino; formação de recursos humanos qualificados para os mercados acadêmicos e não acadêmicos; e fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação do país.

A excelência do SNPG é reconhecida pela comunidade científica, nacional e internacional. Tal reconhecimento se deve ao formato e à seriedade com que as políticas públicas para a pós-graduação foram implantadas, em termos de definições e das ações voltadas para o setor, propiciando uma expansão contínua, com qualidade. Segundo Cury (2004) tal sucesso se deve a uma atuação efetiva do Estado brasileiro:

Tal política pública propiciou uma realidade bem sucedida logo convertida em verdadeiro sistema com um reconhecimento nacional e internacional de sua qualidade. Nesse processo especial destaque se confere aos processos de avaliação levados adiante pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Cooperam para tal tanto as bolsas concedidas por esta fundação, pelo CNPq e também por algumas fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs) quanto outros programas de apoio e fomento fornecidos por tais agências (CURY, 2004, p. 780).

Concordando com essa afirmação, Severino (2006) diz que a pós-graduação tem contribuído valiosamente para o melhor conhecimento dos problemas que

emergem de diversos âmbitos da nossa realidade e para a qualificação de expressivo quadro de profissionais nas áreas de ensino, gestão e pesquisa.

Em síntese, a missão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, reconhecido como eixo estratégico do desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e social do país, é o atendimento das necessidades nacionais e regionais, vinculado às políticas públicas que o façam crescer com qualidade e relevância.

1.3 Os Planos Nacionais de Pós-Graduação

A análise das principais questões abrangidas pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação-PNPG's permite recuperar a história da política nacional de pós-graduação, que até então, se concentrava numa expansão parcialmente espontânea, pressionada por motivos conjunturais, pela demanda da sociedade e pelo apelo da academia, objetivando a formação de profissionais especializados e capacitados para suprir o mercado de trabalho.

Conforme destacado no atual PNPG 2011-2020, “quando foi criado, [...] o SNPG tinha inicialmente a missão de qualificar os professores das universidades. Essa missão foi sendo ampliada e o sistema passou a contribuir para a formação de novos pesquisadores e para a ampliação da pesquisa nacional” (p.156).

A pós-graduação passou a ser considerada como um subsistema do sistema universitário e, conseqüentemente do sistema educacional, integrada às políticas de desenvolvimento social e econômico do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), por intermédio do Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC) e ao II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDT), para o período de 1965-1980.

Nesta perspectiva, a CAPES deu início à elaboração do I Plano Nacional de Pós-Graduação – I PNPG, para o período de 1975 a 1979, integrado, do ponto de vista estratégico e operacional, aos Planos de Governo.

O objetivo fundamental deste Plano era a transformação das universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes. Os trabalhos foram elaborados de acordo com as providências sugeridas no relatório do Grupo de Trabalho da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura, constituído no

ano de 1973, com o objetivo de propor as medidas iniciais para a definição da política de pós-graduação.

Os estudos elaborados a partir das demandas das universidades e instituições de pesquisa permitiram a definição das principais diretrizes para as ações do Ministério da Educação, compartilhadas com outros órgãos governamentais:

- Institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável;
- Elevar os atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos;
- Planejar a sua expansão, tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões.

Para a execução dessas metas, foram propostos três programas;

- Concessão de bolsas para alunos de tempo integral;
- Extensão do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) que era recente e realizado em pequena escala pelo Ministério da Educação;
- Admissão de docentes, de forma regular e programada, pelas instituições universitárias, em função da ampliação da pós-graduação.

Além dos destaques principais da política de pós-graduação deste primeiro plano (a capacitação dos docentes das universidades e a integração da pós-graduação ao sistema universitário) verificou-se também a importância de direcionar maior atenção para as ciências básicas e a necessidade de se evitar disparidades regionais detectadas na sua elaboração.

Na elaboração do II PNPG (1982-1985), foram incluídas ações visando a expansão de docentes, a elevação da qualidade com ênfase na importância da avaliação, da participação da comunidade científica e do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. No entanto, o objetivo central continuava sendo a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes, de pesquisa e técnicas visando o atendimento dos setores público e privado, harmonizado com as orientações emanadas do III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) e do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT).

Na definição das suas diretrizes foi dada maior ênfase na qualidade do ensino superior, mais especificamente na pós-graduação, tornando necessária a institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação, que já existia de forma embrionária desde 1976, com a participação da comunidade científica.

O foco central do II PNPG não foi apenas a expansão da capacitação docente, mas, sobretudo, a elevação da sua qualidade, dando mais ênfase à importância da avaliação, da participação da comunidade científica e do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

As medidas propostas tinham como objetivo a superação dos efeitos negativos da heterogeneidade regional e institucional, levando em consideração as regiões mais pobres que careciam de recursos humanos competentes para enfrentar os problemas fundamentais que marcam a sua realidade sócio-econômica.

O III PNPG (1986-1989) foi elaborado no mesmo período do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, quando ficou evidente a tendência de conquista da autonomia nacional, ideia já presente no plano anterior e incluiu nas suas discussões a reserva de mercado para a informática e a definição de empresa nacional.

Com referência à pós-graduação, ficou claro que não havia um quantitativo de cientistas suficiente para se atingir plena capacitação científica e tecnológica, o que tornou imperativo o progresso da formação de recursos humanos de alto nível, considerando as pretensões da sociedade e do governo de se obter independência científica e tecnológica no país no próximo século.

A ênfase principal do III PNPG foi dada ao desenvolvimento e à ampliação das atividades de pesquisa pelas universidades, com o elemento indissociável da pós-graduação e sua integração ao sistema de ciência e tecnologia. Neste plano a universidade foi definida como o ambiente privilegiado para a produção e a criação do conhecimento através da pesquisa e da pós-graduação, e foi também enfatizado o seu papel no processo de desenvolvimento nacional..

Além das diretrizes e recomendações gerais, foram definidas medidas específicas para a institucionalização da pesquisa, tais como: o direcionamento de verbas dos orçamentos das universidades específicas para a pesquisa e a reestruturação da carreira docente, a atualização das bibliotecas e das informações

científicas e laboratoriais, a ampliação dos quadros universitários e o fortalecimento do pós-doutorado.

Outro item abordado foi a relação entre ciência, tecnologia e o setor produtivo, indicando uma tendência a considerar essas dimensões de uma forma integrada, em consonância com as ações do III PBDCT (1980-1985) e do I PND da Nova República (1986-1989), no tópico referente à ciência e tecnologia.

As desigualdades regionais embora já abordadas nos planos anteriores foram enfatizadas ainda mais neste plano, mostrando a necessidade das instituições de ensino e pesquisa da Amazônia receberem maior atenção, sobretudo na formação e fixação de recursos humanos.

No ano de 1996 a CAPES definiu uma pauta de trabalho visando à elaboração de um novo plano (IV PNPG). No início foi realizado um Seminário onde foram levantados os problemas e as perspectivas da pós-graduação, a partir da discussão de trabalhos encomendados a determinados acadêmicos, sobre diversos temas relacionados à pós-graduação nacional.

Foi então constituída uma Comissão Executiva com a responsabilidade de organizar o Seminário que serviria de marco inicial da construção do novo plano. O Seminário Nacional – “Discussão da Pós-Graduação Brasileira” – foi realizado e contou com a presença do Ministro da Educação, pró-reitores, representantes da comunidade acadêmica, da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e de órgãos e agências de fomento.

O documento final do Seminário definiu os seguintes aspectos para a formulação do IV PNPG:

- Evolução das formas de organização da pós-graduação brasileira;
- Formação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e o mercado de trabalho;
- Integração entre a pós-graduação e a graduação;
- Carreira acadêmica e qualificação do corpo docente do sistema de ensino superior;
- Avaliando a avaliação da CAPES: problemas e alternativas;
- Expansão da pós-graduação: crescimento das áreas de desequilíbrio regional;
- Financiamento e custo da pós-graduação.

Com base nos documentos, várias redações preliminares foram elaboradas e a versão final mais completa, apresentou os seguintes tópicos:

- Evolução do sistema
- Grandes desequilíbrios do sistema;
- Pressão da demanda por pós-graduação;
- Fatores estruturais que bloqueiam o desempenho do sistema;
- A CAPES e sua integração com outros órgãos.

Por várias razões, entre elas as restrições orçamentárias e a falta de articulação entre as agências federais de fomento nacional, o documento final não se concretizou como IV PNPG. No entanto diversas recomendações foram implantadas pela CAPES, tais como a expansão do sistema, a diversificação do modelo de pós-graduação, as mudanças no processo de avaliação e a inserção internacional da pós-graduação.

Na elaboração do plano seguinte, em 2004, devido à longa interrupção da série, optou-se pela denominação: Plano Nacional de Pós-Graduação PNPG-2005-2010. No que diz respeito ao período de duração, esse plano é diferente dos anteriores, pois sua vigência foi proposta para um período de cinco anos. Dentro de uma política de ação podemos dizer que esse é um dado interessante, já que uma proposta de ação de maior duração é o “mínimo que se exige para o delineamento, implementação e avaliação de qualquer política” (Severino, 2006 s/p).

Por outro lado, pode-se depreender um alinhamento com as demais políticas nacionais da época para a educação, onde está previsto um tempo maior para sua implementação, tal como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE).

Sua elaboração foi baseada em diagnóstico detalhado da situação da pós-graduação nacional, com ênfase em análises sobre demandas de profissionais de alto nível dos diferentes setores da sociedade brasileira; expansão dos programas e cursos em relação às demandas de profissionais; destino profissional dos titulados; modelo organizacional da pós-graduação; concentração da capacidade de formação em estados e regiões; importância, evolução e necessidades do sistema de avaliação da pós-graduação; fontes de financiamento, limitações, possibilidades e necessidades.

Além da falta de planejamento foram identificados diversos bloqueios ao desenvolvimento da pós-graduação nacional, tais como: assimetrias regionais e

intra-regionais, estaduais e entre áreas de conhecimento, quanto ao número, capacidade de formação e estágio de desenvolvimento dos programas e cursos existentes; descompasso entre a expansão das matrículas e o crescimento do número de bolsas disponíveis; falta de articulação entre os órgãos governamentais de fomento da pesquisa e da pós-graduação; baixa prioridade atribuída aos doutores nos processos de admissão aos quadros docentes das instituições de ensino superior; reduzida disponibilidade de recursos financeiros para a capacitação de docentes; instabilidade dos orçamentos e falta de regularidade no repasse de recursos previstos.

Com base neste diagnóstico, o PNPG 2005-2010 estabeleceu como grande objetivo a expansão qualificada do sistema de pós-graduação tendo em vista o expressivo aumento do número de pós-graduados necessários para o desenvolvimento do país e o atendimento de grandes necessidades, tais como:

- Fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação;
- Formação de docentes para todos os níveis de ensino;
- Formação de profissionais de alto nível para os mercados não-acadêmicos (setor produtivo em geral, industrial, tecnológico, órgãos governamentais e empresas estatais em diversas áreas);
- Redução das assimetrias regionais e intra-regionais e redução das assimetrias entre áreas, mediante forte ação indutora nas áreas consideradas estratégicas para o cumprimento das políticas de desenvolvimento regional e nacional; e,
- Internacionalização da pós-graduação brasileira

Outro objetivo importante deste plano foi a definição de novas diretrizes, estratégias e metas, visando a continuidade e o avanço das propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

Para sua elaboração foi constituída uma comissão de alto nível, com a missão de estabelecer um plano que tornasse o país mais competitivo nas áreas de educação, ciência e tecnologia, inserindo a política de formação de recursos humanos no contexto da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do governo federal, visando o equilíbrio regional dos investimentos na área.

Na época da elaboração do novo plano, de acordo com os dados disponíveis, ficou evidente que:

O Sistema Nacional de Pós-Graduação apresentava enormes assimetrias no seu funcionamento, tanto do ponto de vista regional, intra-regional e entre estados, como também no que concerne à evolução de várias áreas disciplinares tradicionais e novas áreas na fronteira do conhecimento (PNPG 2005-2010, p. 47).

Apesar dos avanços das políticas direcionadas, a realidade mostrou que não foram alcançados os resultados esperados e o sistema continuava concentrado na Região Sudeste.

No conjunto de ações propostas voltadas para a redução das assimetrias regionais, destacam-se os programas de apoio à cooperação entre programas de pós-graduação situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com programas de pós-graduação consolidados, sediados em outras localidades do país. O resultado dessa cooperação resultou no aumento quantitativo e qualitativo das pesquisas desenvolvidas, bem como no conseqüente incremento da formação de mestres e doutores naquelas regiões, por intermédio de programas de financiamento de bolsas de mestrado, doutorado e de pós-doutorado para alunos e docentes de pós-graduação.

Deste modo, Sá Barreto (2013) afirma que “o Brasil tentou, inicialmente, capacitar os docentes das universidades, depois se preocupou com o desempenho do sistema de pós-graduação e finalmente com o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica e no atendimento das prioridades nacionais”. Para o autor, a política de pós-graduação no Brasil sempre esteve preocupada com os desequilíbrios regionais e com a flexibilização do modelo de pós-graduação.

1.4 A importância dos Planos Anteriores

Foi de fundamental importância na definição conceitual e legal da pós-graduação, o Parecer 977/65, do antigo Conselho Federal de Educação, hoje Conselho Nacional de Educação, e a Lei nº 5.540/68-LDB (fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências) e os Planos Nacionais de Pós-Graduação–PNPG’s passaram a ser considerados elementos essenciais na construção e desenvolvimento do sistema.

Nos três primeiros Planos foi firmado o entendimento de que a pós-graduação deveria ser objeto de planejamento e financiamento estatais, considerada como

subsistema do conjunto do sistema educacional.

A partir daí, os PNPG's passaram a definir uma direção macro política para a condução da pós-graduação - ao contrário do ensino de graduação que vinha passando por um acentuado processo de expansão desordenada - por intermédio da realização de diagnósticos e de estabelecimento de metas a ações, intimamente articulados com um amplo sistema de financiamento governamental de ciência e tecnologia.

As diversas ações implementadas a partir das orientações e diretrizes dos PNPG's listadas abaixo permitiram o desenvolvimento da pós-graduação e do Sistema de Ensino Superior:

- Integração da pós-graduação no interior do sistema universitário, institucionalizando a atividade de pesquisa em diversas instituições;
- Aumento da capacitação do corpo docente do ensino superior, através de programas direcionados para essa finalidade;
- Construção de um amplo sistema de bolsas no país e no exterior, que tem contribuído para a qualificação e reprodução do corpo docente e de pesquisadores;
- Estruturação de uma política de apoio financeiro aos programas de pós-graduação;
- Participação sistemática de representantes da comunidade acadêmica nos processos de formulação da política de pós-graduação;
- Implantação de um sistema nacional de avaliação dos programas realizado por meio de julgamento de pares;
- Integração do ensino à pesquisa, estabelecendo-se um número limitado de disciplinas articuladas com as respectivas linhas de pesquisa dos cursos;
- Fortalecimento da iniciação científica;
- Criação de um eficiente sistema de orientação de dissertações e de teses;
- Articulação da comunidade acadêmica nacional com relevantes centros da produção científica internacional.

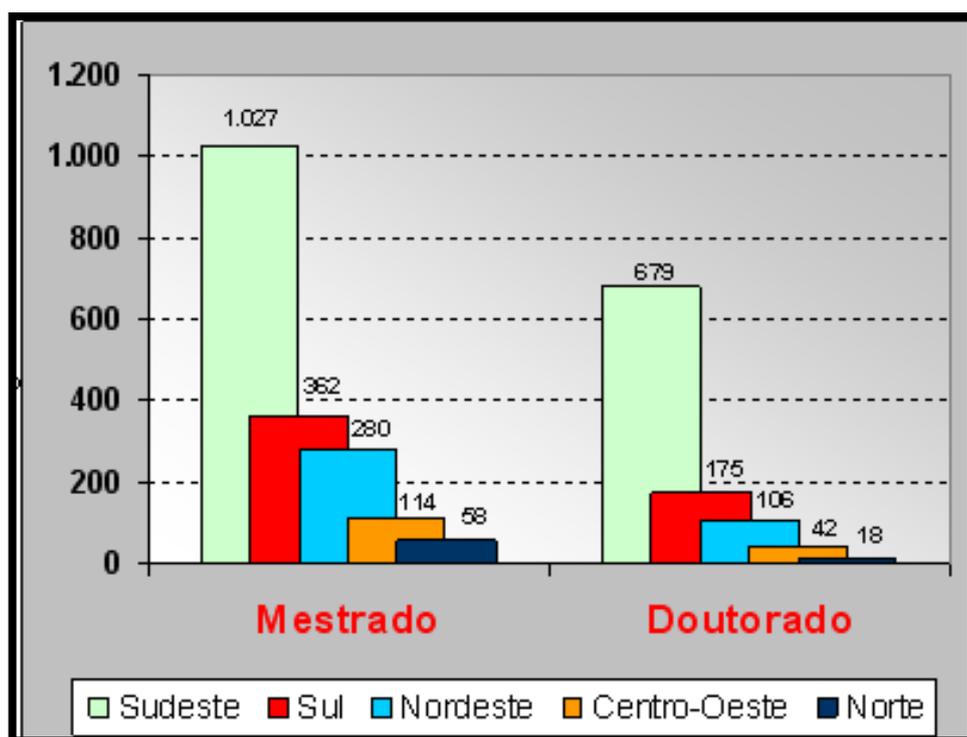
O resultado dessa estrutura acadêmica tem demonstrado que houve uma importante ampliação da comunidade científica nacional e um expressivo crescimento de sua produção intelectual. A pós-graduação nacional tem exercido um papel dinamizador na ampliação e renovação de campos específicos do saber.

CAPÍTULO 2

2.1 A formação de Mestres e Doutores

No ano de 2004, quando foi instituída a Comissão encarregada da elaboração do PNPG-2005-2010, a CAPES promoveu a Avaliação Trienal dos programas de pós-graduação correspondente aos anos de 2001, 2002 e 2003, revelando um cenário de acentuada desigualdade regional na distribuição dos cursos de pós-graduação, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Distribuição dos Cursos de Pós-Graduação por Região (Avaliação Trienal 2004)



Fonte: CAPES/MEC

De posse destes dados que evidenciaram a magnitude das desigualdades dos cursos de pós-graduação entre as regiões do Brasil, a Comissão apresentou sugestões de diretrizes gerais para o novo Plano. Propôs o crescimento do sistema como um todo e sugeriu modelos alternativos e ações que atendessem às necessidades regionais, considerando o planejamento estratégico do país.

Apesar do crescimento expressivo ao longo dos anos, de todas as áreas do conhecimento, detectado na elaboração do PNPG-2005-2010, em todos os segmentos da educação, constatou-se a necessidade da formação de quadros docentes para atuar nos diferentes níveis de ensino.

De acordo com a tabela abaixo, entre 1976 e 2004, o número de cursos *stricto sensu* avaliados e recomendados pela CAPES saltou de 673 para 2.993, representando um aumento de 5,6% ao ano. No período de 1996 a 2004 o crescimento do Doutorado praticamente duplicou.

Tabela 1 – Evolução do SNPG

Evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação Números de cursos – 1976 a 2004							
NÍVEL	1976 (1)	1990	1996	2004 (21/maio)	Taxa geométrica (% ao ano)		
					2004/1976 (27 a 5m)	2004/90 (13 a 5m)	2004/96 (7 a 5m)
Mestrado	490	975	1.083	1.959	5,2	5,3	8,3
Doutorado	183	510	541	1.034	6,5	5,4	9,1
Total	673	1.485	1.624	2.993	5.6	5.4	8,6

(1/) Ano de início do processo de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES.

Fonte: CAPES/MEC

Embora tenha sido detectado um crescimento considerável, ainda persistia uma distribuição desigual entre as regiões conforme tabela abaixo:

Tabela 2- cursos de Mestrado por região – 1996 - 2004.

Região	1996	2004 (21/maio)	Taxa Geométrica (% aa ^{1/})	Porcentagens	
				1996	2004 (21/maio)
Sudeste	685	1.076	6,3	63,3	54,9
Sul	166	384	12,0	15,3	19,6
Nordeste	155	305	9,6	14,3	15,6
Centro-Oeste	53	153	12,4	4,9	6,4
Norte	24	68	15,1	2,2	3,5
Total	1.083	1.959	8,3	100,0	100,0

(1/) Prazo: 7 anos e 5 meses

Fonte: CAPES/MEC

A análise das taxas geométricas mostra que no Mestrado o crescimento foi maior na região Norte (15,1%), seguida das regiões Centro-Oeste (12,4%), Sul (12%), Nordeste (9,6%) e Sudeste (6,3%).

Tabela 3- cursos de doutorado por região. – 1996 - 2004

Região	1996	2004 (21/maio)	Taxa Geométrica (% aa ^{1/})	Porcentagens	
				1996	2004 (21/maio)
Sudeste	450	689	5,9	83,2	66,6
Sul	50	177	18,6	9,2	17,1
Nordeste	22	107	23,8	4,1	10,3
Centro-Oeste	12	42	18,4	2,2	4,1
Norte	7	19	14,4	1,3	1,8
Total	541	1.034	9,1	100,0	100,0

(1/) Prazo: 7 anos e 5 meses

Fonte: CAPES/MEC

No Doutorado o crescimento maior foi na Região Nordeste (23,8%), seguida das Regiões Sul (18,6), Centro Oeste (18,4%), Norte (14,4%) e Sudeste (5,9%).

Segundo Bortolozzi e Gremski (2004, p. 46), “os dados mostram que a busca de um equilíbrio regional está relacionado com uma política de formação e fixação de recursos humanos por Estado e não de forma regional”. No entanto, apesar dos avanços, permanecem as desigualdades, como resultado de políticas de desenvolvimento econômico e social que, em si, geram desigualdades.

Estes desequilíbrios são a consequência das desigualdades sociais históricas, medidas pela *renda per capita*, pelo Índice de Desenvolvimento Humanos-IDH e pela baixa escolaridade. São heranças da concentração litorânea e industrial que levaram à concentração das estruturas de Ciência e Tecnologia que se localizam nas regiões mais desenvolvidas no eixo Rio de Janeiro/São Paulo.

Analisando os dados de outro período – 2004/2009 – verifica-se que houve um crescimento considerável do número de cursos de pós-graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, demonstrando que os esforços da CAPES na

implementação das ações visando à redução das assimetrias regionais começaram a mostrar resultados positivos, conforme tabela abaixo:

Tabela 4- Crescimento dos cursos de mestrado e doutorado por região – 2004-2009.

Região	Mestrado		Crescimento	Doutorado		Crescimento
	2004	2009	%	2004	2009	%
Sudeste	973	1211	24,5	691	845	22,3
Sul	357	494	38,4	186	269	44,6
Nordeste	285	442	55,1	113	193	70,8
Centro-Oeste	113	177	56,6	47	77	63,8
Norte	65	112	72,3	21	38	81,00
TOTAL	1793	2.436	36,6	1058	1422	34,4

Fonte: DAV/CAPES

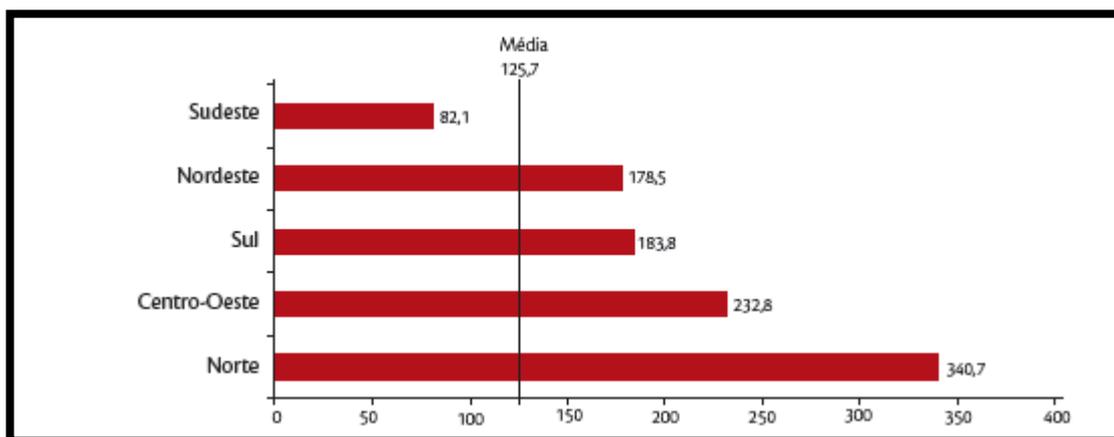
Em 2012, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Organização Social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), lançou o livro “Mestres 2012 – Estudos da demografia da base técnica-científica brasileira”, contendo estudos sobre a demanda e o perfil dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento do país.

A publicação deste livro deu sequência ao trabalho iniciado com o livro “Doutores 2010 – Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira”, resultado de um processo de colaboração do CGEE com a CAPES, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o CNPq, o Ministério da Previdência Social (MPS), a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre os dados revelados no livro “Mestres 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira” merece destaque o crescimento dos programas do Mestrado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Entre 1996 e 2009 a Região

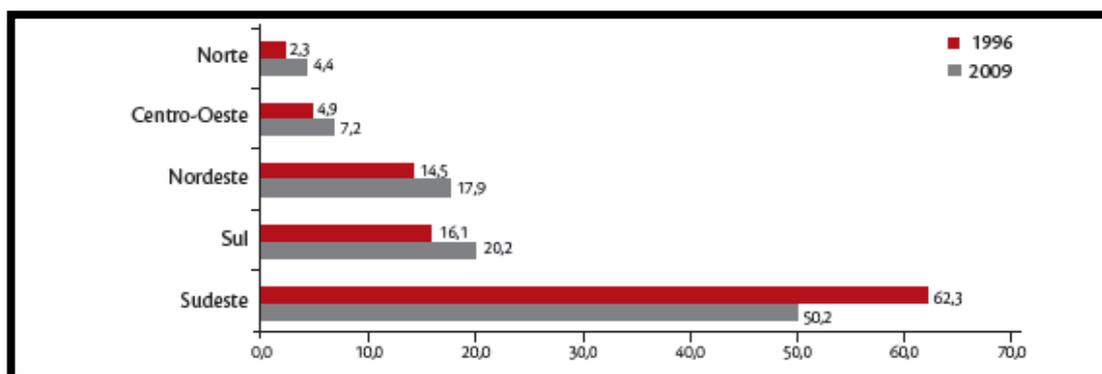
Norte teve um aumento de 340,7%, enquanto a Região Sudeste, que possuía mais de 62% dos programas de Mestrado (gráfico 3), começou a demonstrar uma estabilidade com um crescimento de 82,1%, abaixo da média nacional que foi de 125,7%. Todas as demais regiões apresentaram taxas de crescimento significativamente mais elevadas do que a média nacional, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2- Crescimento percentual do número de programas de Mestrado
1996 - 2009 - por região



Fonte: Coleta CAPES/elaboração do Núcleo de RHCTI do CGEE

Gráfico 3- Distribuição percentual dos programas de Mestrado
1996- 2009 – por região.



Fonte: Coleta CAPES/elaboração do Núcleo de RHCTI do CGEE

Segundo Vioti (2013, s/p), “estes números mostram um esforço dos programas de pós-graduação, guiados por uma política da CAPES em desconcentrar pelo território nacional a formação em nível superior”.

Na visão de Oliveira Filho (CAPES, 2012, s/p), membro da Comissão de elaboração do PNPG-2005-2010:

Sem que uma ação de governo venha estabelecer novos paradigmas para a evolução do Sistema, visando a solução de problemas específicos, através de políticas de indução e reconhecimento de prioridades nacionais, observaremos, nos próximos anos, um novo espetáculo de crescimento da pós-graduação brasileira, permanecendo, contudo, inalteradas as suas assimetrias.

Com relação aos desequilíbrios regionais, Guimarães (2009 *apud* Gomes 2011, p. 25), informa que

A prioridade da Capes é diminuir as diferenças regionais. Se você olhar o Plano Nacional de Pós-graduação, um dos temas mais importantes é a questão das desigualdades regionais. Por causa disso, nós temos um conjunto muito grande de ações nas regiões mais desfavorecidas. Tem um programa só para a Amazônia e acabamos de decidir que não pode ter um estudante sem a bolsa da Capes. Todos têm. Esse é um processo muito importante porque a desigualdade regional existe em função da menor presença de pessoal mais qualificado. Para ter um curso de Pós-graduação na Capes, você precisa de doutores. Como tem uma densidade baixa nas regiões Amazônica, Centro-Oeste, excluído o Distrito Federal, e também no Semi-Árido, a Capes tem ações específicas. São muitas e todas focadas na formação de recursos humanos, com programas especiais de doutorado e programas mistos entre as Instituições.

Bortolozzi e Gremski (2004) apontam que na distribuição de pesquisadores doutores que atuam no Sistema Nacional de Pós-Graduação, “cerca de 60% concentram-se na Região Sudeste (CAPES, 2002). Esses dados indicam, também, a desigualdade e o desequilíbrio regional e intra-regional do Norte e do Centro-Oeste do País” (p.43). Essa realidade na distribuição dos doutores tem correlação direta com as diferenças regionais e intra-regionais no tocante à presença dos programas de pós-graduação, na distribuição dos alunos e das bolsas da CAPES. Não se trata, portanto de olhar apenas para as desigualdades regionais, mas, também, intra-regionais. Por exemplo, na região Centro-Oeste, onde o “Distrito Federal possui 387 doutores por milhão de habitantes, enquanto o Mato Grosso possui 30, o que faz com que o primeiro tenha captado, em 2002, uma média de 2.869 dólares por mil habitantes e o segundo apenas 153 dólares” (Idem, p. 46).

CAPÍTULO 3

3.1 Ações criadas pela CAPES, por orientação do PNPG 2005-2010

Diante da realidade abordada no capítulo anterior e seguindo as orientações constantes do PNPG-2005-2010, a CAPES deu início aos estudos no sentido de criar programas de incentivo à formação de recursos humanos em áreas estratégicas para os planos institucionais e regionais de desenvolvimento. Para tanto, induziu programas de cooperação interinstitucional com a realização da maior parte das atividades nas próprias IES participantes. Com esta estratégia permitiu que as IES pudessem atrair atores locais de modo a usufruir de benefícios da qualificação de profissionais no próprio ambiente de trabalho, tais como:

- Adequação da formação às necessidades e perspectivas das instituições e regiões de origem dos estudantes;
- Vinculação das dissertações e teses a temáticas ou linhas de pesquisa contempladas pelos planos institucionais e regionais de desenvolvimento;
- Envolvimento do corpo docente e discente de departamentos afins ou correlatos com os projetos em execução;
- Extensão aos alunos de graduação dos benefícios do processo de qualificação de seus professores, do convívio direto com profissionais do mais alto nível na própria ou em outras regiões, e do ambiente instalado na instituição, mais propício ao estudo e à discussão de ideias;
- Estabelecimento de bases estáveis de cooperação entre as instituições participantes.

Foram propostas as seguintes ações que levaram à criação de programas na CAPES, por orientação do PNPG 2005-2010 (p.47):

- Redução de assimetrias regionais:
 - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) - Ação Novas Fronteiras, Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) - Ação Novas Fronteiras e Programa Bolsa Para Todos;
- Indução em áreas do conhecimento:
 - Bionanotecnologia, Pró-Botânica e Pró-ciências do Mar;

- Indução em áreas estratégicas:
 - Pró-Engenharias, TV Digital e Pró-Defesa;
- Parcerias nacionais:
 - CAPES/Ministérios, CAPES/CNPq e CAPES/Fundações de Amparo à Pesquisa-FAP's.

Estão incluídos nesta pesquisa o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica-Ação Novas Fronteiras (PROCAD-NF) e o Programa de Doutorado Interinstitucional-Ação Novas Fronteiras (DINTER-NF).

Uma das primeiras iniciativas foi a criação, em 2005, do Programa “Acelera Amazônia”, contando com o apoio e participação do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP) e das instituições da região amazônica, com o objetivo de acelerar a consolidação de grupos de pesquisa existentes na região da Amazônia Legal e a nucleação de novos grupos, respeitando fundamentos qualitativos e quantitativos e concretizando a criação de programas de pós-graduação competitivos, voltados para a região, além de, prioritariamente, promover ações que resultassem na fixação de grupos de pesquisas atuantes, cientificamente produtivos e com perfil de relevante sucesso na interação entre os pares.

O documento final definiu o conjunto de estratégias e linhas de ação necessárias para o desenvolvimento da ciência e tecnologia na região; a ampliação, formação e fixação temporária e permanente de doutores; a criação e fortalecimento de novos grupos de pesquisa em articulação com os grupos existentes, estimulando a mobilidade de suas equipes e a integração destas com grupos de pesquisa de diferentes IES e regiões; a criação e o fortalecimento de programas de pós-graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional.

Estes mecanismos de apoio serviram de base para a concepção e gestão das ações da CAPES na região e na criação de novos programas.

3.2 Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Novas Fronteiras (PROCAD-NF)

Para a fixação do pesquisador em sua própria região é preciso que haja ambiência favorável ao desenvolvimento de projetos, para evitar a migração de

pesquisadores/doutores para as regiões mais desenvolvidas, principalmente o Sudeste.

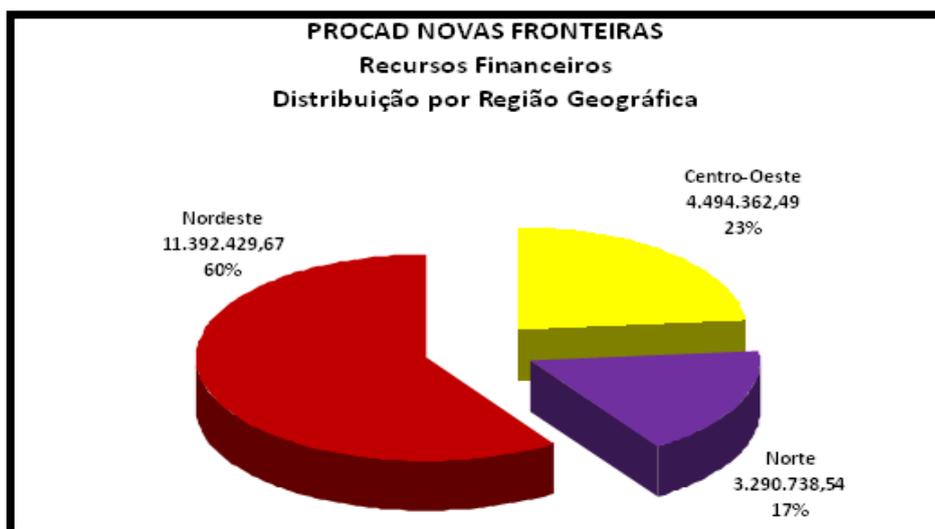
Neste sentido, segundo Guimarães (2009 *apud* Gomes, 2011), o PROCAD - Ação Novas Fronteiras, “dispõe de mecanismos que proporcionam a fixação do pesquisador em sua própria região” (p. 16). Considerando este pensamento, é possível inferir que, com o intuito de reduzir as desigualdades regionais, a CAPES criou a modalidade Novas Fronteiras, especialmente voltada para a Amazônia, possibilitando, além da abordagem de novos tópicos de pesquisa, condições mais favoráveis para a fixação de pesquisadores/doutores nessa região.

O programa foi criado com o objetivo de promover a consolidação de programas de pós-graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste estimulando a interação científico-acadêmica no formato de parcerias, visando a contribuição para o equilíbrio regional da pós-graduação brasileira, ampliando a formação de mestres e doutores e a produção científico-acadêmica em diferentes estados do país. Foram concedidas bolsas de Mestrado e Doutorado-sanduiche e pós-doutorado e apoiadas missões de estudo, docência e pesquisa no âmbito nacional.

O PROCAD-NF teve como foco principal a promoção do desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com base em projetos de cooperação entre equipes de diferentes instituições e regiões, apoiando projetos conjuntos de pesquisa inseridos na política de desenvolvimento e de fixação de doutores nas regiões e instituições contempladas, contribuindo assim para a criação e/ou o fortalecimento de linhas de pesquisa, áreas de concentração ou programas de pós-graduação nas áreas estratégicas para o desenvolvimento regional.

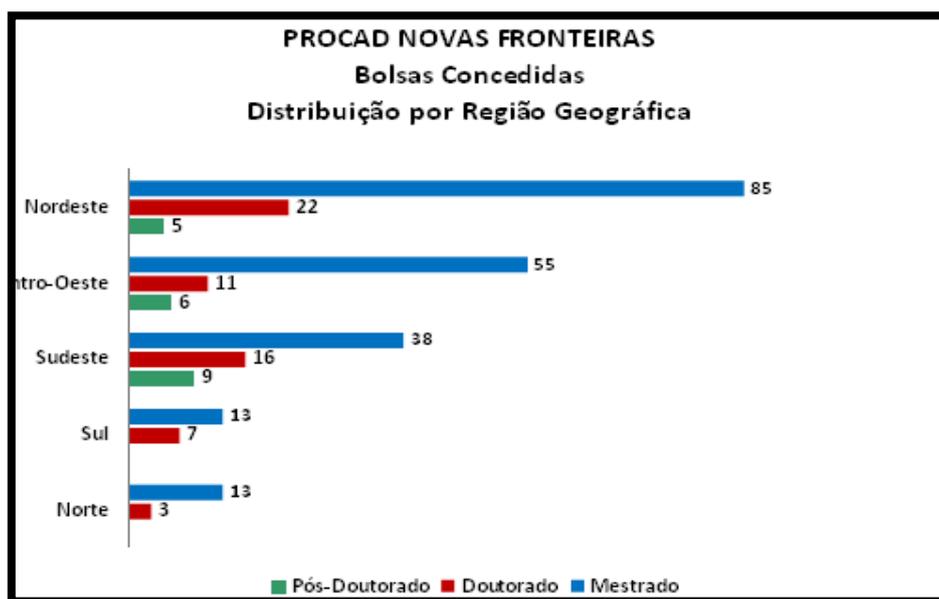
Na sua primeira edição, em 2007, o Programa apoiou 82 projetos em 36 IES das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, alocando recursos da ordem de R\$ 19 milhões de reais e concedendo 283 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Gráfico 4- Recursos Financeiros do Edital PROCAD Novas Fronteiras 2007.



Fonte: CAPES

Gráfico 5- Bolsas concedidas pelo Edital PROCAD Novas Fronteiras 2007.



Fonte: CAPES

Com a constatação dos bons resultados do PROCAD-NF-2007, a CAPES lançou outras mais dois editais em 2008 e 2009.

Em 2008, com uma maior abrangência temática, foram executados 110 projetos, com 227 equipes com a participação de 79 Instituições e o investimento da ordem de R\$ 34 milhões de reais. Em 2009, foram aprovados 136 projetos, com o

envolvimento de 325 equipes e 87 instituições participantes e o investimento foi de R\$ 36 milhões de Reais.

A Avaliação Trienal realizada pela CAPES em 2010, abrangendo os anos de 2007 a 2009 apontou no seu “Relatório de Divulgação dos Resultados da Avaliação Trienal 2010”, significativo crescimento da pós-graduação no país, destacando taxas de crescimento de 35,3% para a região Norte, 31,3% para a região Nordeste e 29,8% para a região Centro-Oeste, em comparação com as taxas de crescimento de 14,0% para a região Sudeste e 24,2% para a região Sul.

Os números demonstram a importância da ação Novas Fronteiras para o equilíbrio regional, estimulando a formação pós-graduada, a mobilidade docente e discente, com a fixação de pesquisadores doutores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

3.3 Programa de Doutorado Interinstitucional – Novas Fronteiras (DINTER-NF)

O programa foi criado em 2007, como instrumento adicional de apoio à formação de docentes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mediante o financiamento de projetos vinculados às linhas de pesquisa correspondentes às necessidades estratégicas de planos de desenvolvimento institucional e regional.

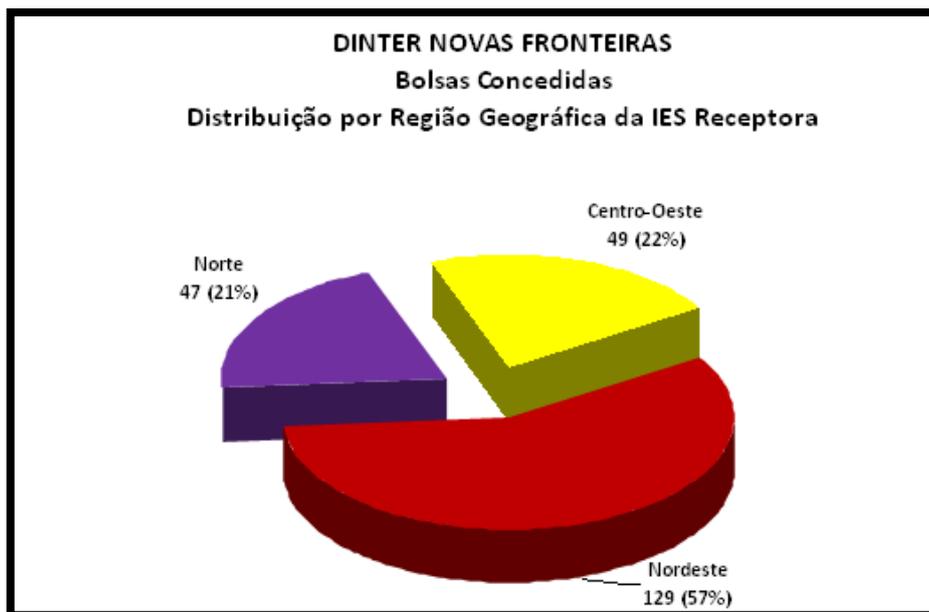
Sua execução permite a utilização da competência de programas de pós-graduação já consolidados, localizados em qualquer região do país, para, com base em parceria ou cooperação interinstitucional, viabilizar a formação de turmas de doutorandos, desenvolvendo as atividades do projeto nas IES de origem dos discentes. O apoio do programa abrange a concessão de bolsas de doutorado-sanduíche no país para o estágio dos alunos junto ao programa promotor e de recursos para o custeio de atividades acadêmicas e despesas com os deslocamentos de docentes e orientadores entre as instituições participantes.

Em 2007, o DINTER-NF apoiou 19 projetos em 12 IES participantes do programa como “Receptoras”. Além dessas, 14 IES dos centros mais desenvolvidos aderiram ao programa como “Promotoras”, o que demonstra a motivação das IES com pós-graduação consolidada em colaborar com as regiões menos desenvolvidas.

Por meio do Edital-2007, foram concedidas 225 bolsas de doutorado com um investimento de R\$ 6 milhões de reais.

De acordo com o gráfico abaixo, do total de 225 bolsas concedidas, a maior concentração foi na região Nordeste (129), seguida da Região Centro-Oeste (49) e Região Norte (47).

Gráfico 6- Bolsas concedidas no Edital DINTER Novas Fronteiras 2007.



Fonte: CAPES

No Edital de 2008, o DINTER-NF apoiou 22 projetos com investimento de R\$ 9,8 milhões de Reais e a participação de 16 IES como “Receptoras” e 17 como “Promotoras”.

No Edital de 2009 o programa aprovou 46 propostas com investimento de R\$ 18,7 milhões de reais e a participação de 28 IES “Receptoras” e 30 “Promotoras”.

3.4 A Avaliação Trienal – 2013

Em 2013 a CAPES realizou a Avaliação Trienal correspondente aos anos de 2010, 2011 e 2012 e os resultados, em relação aos programas e cursos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, revelaram um crescimento considerável, conforme tabelas abaixo:

Tabela 5- Programas avaliados por região (comparação avaliação 2010 e 2013).

Região	2010	2013	% cresc.
Centro-Oeste	195	268	37%
Nordeste	492	655	33%
Norte	121	170	40%
Sudeste	1364	1560	14%
Sul	546	684	25%
Total geral	2718	3337	23%

Fonte: Avaliação Trienal 2013

Tabela 6- Cursos avaliados por região em 2013.

Região	D	F	M	Total
Centro-Oeste	119	24	240	383
Nordeste	272	70	569	911
Norte	56	20	147	223
Sudeste	980	203	1338	2521
Sul	365	80	599	1044
Total Geral	1792	397	2893	5082

Fonte: Avaliação Trienal 2013

Tabela 7- Evolução da titulação de mestres e doutores

Dados de Titulação de Mestres e Doutores			
Formação de Recursos Humanos			
	2010	2011	2012
Mestrado	35.965	39.387	42.780
Doutorado	11.210	12.267	13.879
Mestrado Profissional	3.236	3.591	4.251
Total	50.411	55.245	60.910

Fonte: Avaliação Trienal 2013

O desenvolvimento do sistema foi marcante em todas as regiões do Brasil. A região Norte teve 40% de crescimento, seguida pelo Centro-Oeste com 37% e Nordeste com 33%. Sul e Sudeste (Tabela 5), regiões com maior número de programas de pós-graduação, tiveram crescimento de 25% e 14% respectivamente.

Para o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, os resultados da Avaliação apontam para a evolução do sistema de pós-graduação em direção à qualidade: “comparando com a Avaliação de 2010, podemos perceber como o modelo é consistente, não há mudanças significativas e o sistema possui uma trajetória constante de expansão e melhoria”.

De acordo com Mercadante, “este crescimento é fruto do esforço de desconcentração da educação superior que o Ministério da Educação tem realizado nos últimos dez anos”. Acrescentou ainda: “queremos mudar a realidade recente de estados do Brasil que possuíam menos programas de pós-graduação que uma instituição de ensino superior em São Paulo” (2013, s/p).

O crescimento da pós-graduação brasileira também pode ser percebido em outros indicadores, como a produção intelectual e o número de mestres e doutores titulados.

Em maio de 2011, durante da realização do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das IES Brasileiras- FOPROP – Regional Norte, foi

editada a “Carta de Boa Vista”, onde os Pró-Reitores presentes, considerando o papel fundamental de suas instituições para o desenvolvimento econômico da Amazônia e do Brasil e, atentos ao momento de definição das políticas que deverão conduzir o país para um novo patamar de desenvolvimento científico e tecnológico ao longo da próxima década, manifestaram o seu entendimento acerca das ações indispensáveis com vistas à inclusão da região nos projetos nacionais de desenvolvimento da pesquisa científica e da pós-graduação brasileiras.

No primeiro item da Carta, reafirmaram que “a superação das assimetrias regionais no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil permanece um dos maiores desafios nacionais” (2011, p.1) e exigiram, para a próxima década, “políticas públicas adicionais às que foram até hoje executadas” (2011, p. 1).

Citaram como exemplos de iniciativas de sucesso que cumpriram papel importante para o crescimento da pesquisa e da pós-graduação na Amazônia, o “Programa Novas Fronteiras” da CAPES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e afirmaram que a manutenção dessas iniciativas constituem o ponto de partida indispensável para qualquer avanço no processo de edificação de um sistema abrangente e competitivo de pesquisa e pós-graduação na Amazônia.

Como consequência da implementação de políticas públicas voltadas para a expansão do sistema de pós-graduação da região, espera-se poder triplicar o número de doutores na Amazônia até 2020, garantindo uma aproximação considerável, embora ainda insuficiente, dos indicadores nacionais.

Durante a realização da Avaliação Trienal-2013, da CAPES, ocasião em que foram avaliados os programas de 2010, 2011 e 2013, alguns professores se manifestaram a respeito das assimetrias regionais².

Segundo Rainer Randolph (2013, s/p) da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ e Coordenador da Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da CAPES, “mesmo com um crescimento da ordem de 25% ao triênio, o SNPG ainda apresenta assimetrias, com relação ao desenvolvimento da pós-graduação entre as regiões geográficas”. Acrescentou ainda que “na verdade

² Entrevistas concedida durante a Avaliação Trienal 2013. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/36-noticias/6565-assimetrias-regionais-e-solucoes-para-o-problema-sao-tratados-por-coordenadores-de-area>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

não são assimetrias, mas desigualdades”, constantes não só entre estados, mas entre áreas metropolitanas e áreas interioranas.

Também Berenice Rojas Couto (2013, s/p) da Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul-PUC/RS e Coordenadora da Área de Serviço Social da CAPES, reconheceu que “obviamente ainda existem assimetrias, mas elas tem sido, ao longo dos últimos triênios, enfrentadas com a criação de novos programas de mestrado e doutorado”. Afirma que a assimetria acontece por uma questão cultural e que a partir da demanda do próprio governo as áreas estão vendo a necessidade de formação de recursos humanos de alto nível para dar conta de um problema tão importante, que é o desenvolvimento do país. Conclui dizendo que “essas assimetrias começaram a ser perseguidas no sentido que a gente possa reduzi-las com qualidade” (s/p).

Para Martonio Mont Alverne Lima (2013, s/p) da Universidade de Fortaleza-UNIFOR/CE e Coordenador da Área de Direito da CAPES, a assimetria regional de programas de pós-graduação existe quando se observa em números absolutos, mas quando se observa em números proporcionais, há outra conclusão: “observamos que, na verdade, a região Sul e a região Sudeste, que contam com um maior número de programas, proporcionalmente também são carentes, são deficitárias, porque quando comparamos o número de habitantes com o número de programas que elas têm, nós vemos que há uma falta”.

Eliane Pereira Zamith Brito (2013, s/p) da Fundação Getúlio Vargas e Coordenadora da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da CAPES reconhece que há concentração forte nas regiões Sul e Sudeste, especialmente na modalidade de doutorado.

Estevam Barbosa de Las Casas (2013, s/p) da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Coordenador da Área das Engenharias I da CAPES, afirma que existem sim assimetrias e que elas acontecem em função do desenvolvimento regional. Conclui dizendo que “muitas vezes é difícil fixar professores e que dentro do sistema federal de educação, é bastante comum alguém fazer um concurso em Rondônia, por exemplo, a aproveitar para se transferir para mais perto de casa”. Segundo ele é preciso uma forte política de indução para que esta situação seja sanada.

Da mesma forma é possível encontrar em artigo do economista Mailson da Nóbrega (2014)³, referência às desigualdades existentes na região Nordeste desde os tempos do Império, os horrores da Grande Seca (1877-1879) e os esforços desenvolvidos para suprir as deficiências de água com a construção de açudes e outras experiências, nem todas vitoriosas. Cita a criação da SUDENE tendo Celso Furtado como seu primeiro Superintendente, quando se dizia que “a educação seria o efeito e não a causa do desenvolvimento” (2014, p. 18). Revela que nos dias de hoje se pensa o contrário: “o baixo investimento em educação – e não a insuficiência de investimento produtivo (a tese de Furtado) – explicaria o atraso de regiões do país” (2014, p. 18). O defensor desta tese é o economista pernambucano Alexandre Rands Barros, professor da Universidade Federal de Pernambuco. Suas pesquisas mostram que, se o Nordeste tivesse o padrão educacional do Sudeste e do Sul, as desigualdades desapareceriam. Segundo ele: “a educação é o único determinante do atraso relativo da região” (2014, p. 18).

³ O artigo de NOBREGA, Mailson. está disponível na Revista Veja, edição 2.357 – ano 47 – nº 4, de 22 de janeiro de 2014, cujo título é: “Uma nova ideia para desenvolver o Nordeste”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados pela pesquisa revelam que o objetivo da Capes de implementar novas ações para atender às recomendações do PNPG 2005-2010, no que se refere à redução das assimetrias regionais, foi em grande parte atingido, o que sinaliza para a continuidade da implementação dos programas em andamento, bem como para a criação de novas ações.

Os resultados da Avaliação Trienal-2013 nos levam a assegurar que o SNPG cresceu nos seus vários aspectos: número de programas, números de cursos, números de alunos titulados em todas as regiões nas várias áreas do conhecimento, apesar de haver ainda assimetrias consideráveis. O número de bolsas disponibilizado pelas agências federais também cresceu, embora em ritmo mais lento.

Conforme demonstrado, de 2010 até 2013, houve um crescimento considerável no número de programas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Dos problemas apontados pelo PNPG-2005-2010, pelo menos dois ainda não foram totalmente equacionados: a flexibilização do modelo de Pós-Graduação e a redução das assimetrias no sistema.

Sabemos que os desequilíbrios regionais no Brasil são históricos, herança da concentração litorânea e do avanço do setor industrial rumo ao Sudeste, em virtude das facilidades de acesso e da fixação da população nas áreas mais desenvolvidas.

É fato comprovado que as desigualdades regionais estão presentes em vários segmentos, e não somente na educação. O governo deve priorizar ações que atendam às necessidades nacionais e regionais e continuar implementando políticas públicas que possibilitem um crescimento de qualidade e relevância.

Com referência à pós-graduação, a sua expansão nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste demanda tempo, requer políticas consistentes e devidamente sustentadas por planos de médio e longo prazos, voltadas não apenas para a oferta de cursos de pós-graduação pelas suas instituições de ensino e pesquisa, como também na fixação de recursos humanos qualificados naquelas regiões.

A criação de programas de mestrado e doutorado, além da formação de mestres e doutores, depende da implantação da infraestrutura necessária, da

formação e maturação de grupos de pesquisa e da criação de massa crítica nas áreas de concentração a serem focalizadas pelos cursos.

O diagnóstico revelado a partir dos dados coletados aponta para a necessidade da formulação de estratégias específicas, visando à criação de novos paradigmas para a evolução do sistema. Se isto não acontecer, nos próximos anos se observará a continuidade do crescimento da pós-graduação, porém, com a permanência das assimetrias regionais.

O crescimento do corpo docente da pós-graduação, necessário para o atendimento das demandas do PNPG 2005-2010, exigirá recursos adicionais compatíveis com o orçamento de bolsas e fomento. Além disso, para atender ao crescimento proposto, será necessária a ampliação das instalações físicas e a aquisição de novos equipamentos.

Qualificar os docentes é parte do esforço que precisa ser feito para dotar as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste de recursos humanos para a pesquisa científica e tecnológica.

Não há dúvida, portanto, de que, somente com ações públicas coerentes, sistemáticas, sem interrupções ou descontinuidades, envolvendo as diferentes instâncias decisórias do país, as agências de fomento (CAPES, CNPq e FINEP), as universidades, os institutos de pesquisa, as Fundações de Apoio, as Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia, o setor empresarial e outros ligados ao desenvolvimento nacional, será possível construir um futuro em que todas as regiões do país sejam capazes de formar os recursos humanos de que necessitam para a promoção do seu desenvolvimento e a inclusão econômica e social de suas populações.

“Combati o bom combate, completei a carreira, guardei a fé” (2 Timóteo, 4,7)

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucidio. Os dilemas do coordenador de Programa de Pós-Graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico. In: BIANCHETTI, Lucidio; SGUISSARDI, Valdemar (orgs.). *Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação*. Campinas/SP: Autores Associados, 2009, p.15-99.

BORTOLOZZI, F.; GREMSKI, G. *Pesquisa e Pós-Graduação Brasileira – assimetrias*. In: *Revista Brasileira de Pós-Graduação*. v. 1, Nº 2, CAPES: 2004.

BRASIL. *Parecer nº 977/65*. Aprovado em 3 de dezembro de 1965. Brasília: MEC/CEF, 1965. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/capes>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

BRASIL. *I Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília: MEC/CAPES, 1975. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/capes>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

BRASIL. *II Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília: MEC/CAPES, 1982. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/capes>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

BRASIL. *III Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília: MEC/CAPES, 1986. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/capes>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

BRASIL. *Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010*. Brasília: MEC/CAPES, 2004. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/capes>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 nov. 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em mar.2013

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dez. 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília. 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes]. **Avaliação Trienal 2010**. Brasília: Capes, 2010. Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/relat%C3%B3rio-geral-dosresultados-finais-da-avalia%C3%A7%C3%A3o-2010.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.405, de 09 jan. 1992, que autoriza o Poder Executivo a instituir como fundação a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8405.htm. Acesso em mar. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.507, de 11 jul. 2007, que modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007.../2007/Lei/L11502.htm

BRASIL. Decreto nº 29.741 de 11. jul. 1951, que institui uma Comissão para promover a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: www2.camara.leg.br/.../decreto-29741-11-julho-1951.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES, nº. 1, de 8 de junho de 2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de pós-graduação. Brasília. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Resolucoes/ces0101.pdf>> Acessado em: 30 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. **Relatório de Gestão 2004-2010**. Brasília

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES, nº. 1, de 3 de abril de 2001**. Dispões normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Brasília. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Resolucoes/ces0101.pdf>> Acessado em: 30 jul. 2013.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/cnpq/index.htm>> Acessado em 05 de janeiro de 2013.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-acapes/historia-e-missao>>. Acessado em 05 de janeiro de 2013.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação-2011-2020**. Vol. I Capes, 2011.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação-2011-2020**. Vol. II Documentos Setoriais Capes, 2011.

CASTRO, Luiz Antônio Barreto de. Desequilíbrio Regional. In: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação-2011-2020**. Vol. I Capes, 2011.

CARDOSO, M.S. 2004. **Formação e fixação de pesquisadores na região Norte do Brasil: O Projeto Norte de Pós-graduação e pesquisa/CAPES**. Universidade de Brasília. Brasília, 2004.[Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Graduação/pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p.777-793, out 2004.

GOMES, Dayse Benigna Bernardo Araújo. O Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Novas Fronteiras: avaliação de progresso e oportunidades para o futuro. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

NOBREGA, Mailson da. **Uma ideia para desenvolver o Nordeste**. Revista Veja. Edição 2.357 – ano 47 – nº 4, de 22 de janeiro de 2014.

SANTOS, Ana Lúcia dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27512149010>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

SÁ BARRETO, Francisco César de. **O futuro da Pós-Graduação Brasileira**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.iea.usp.br/observatórios/educação>. Acesso em: 05 jan. 2014.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A avaliação do PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil. *In*: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org). *Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas fundamentos e análises*. Brasília: Liber Livro,2006.p.51-74

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIOTTI, Eduardo Baumgratz. **Mestres 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. CGEE, Brasília: 2012.